

Em Junho de 1998, foi nomeado técnico superior de 2ª classe do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre Novembro de 1993 e Junho de 1998, exerceu funções no Gabinete Jurídico da então Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, na área do planeamento e ordenamento do território, em regime de contrato a termo certo;

Entre Julho e Dezembro de 1992, exerceu funções como conselheiro técnico do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território;

Actividade Docente:

Entre Abril e Julho de 1998, leccionou a cadeira semestral de Direito do Ordenamento do Território no CESE e de Gestão Autárquica e Regional da Escola Superior de Gestão de Santarém.

Outras actividades e referências:

Exerceu advocacia nas áreas do direito societário, comercial e administrativo.

Formação profissional:

Exerceu actividade como formador em acção de formação ministrada pela CCDR sobre enquadramento legal dos instrumentos de gestão territorial;

De salientar a sua participação em grupos constituídos a nível ministerial para a preparação da lei de Bases do Ordenamento Território e regulamentação da lei nº44/2004, de 19 de Agosto.

Despacho (extracto) n.º 1114/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* n.º 208, 2.ª série, de 29 de Outubro; no jornal “Diário de Notícias”, do dia 31 de Outubro e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 02 de Novembro, com o código de oferta n.º OE200711/0005, todos do ano de 2007, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão da Divisão para a Administração Local, da CCDRLVT, previsto, nos termos conjugados da alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio e dos pontos n.ºs 1, 2.4, alínea a) e 3.4.1, todos, do anexo constante do Despacho n.º 12 166/2007, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 116, de 19 de Junho.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata, Lic. Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira por ser esta a que melhor reúne as condições para o desempenho do cargo a prover, designadamente, por ser detentora de relevante experiência profissional no exercício de funções, no âmbito do apoio técnico em termos de Finanças Locais, nomeadamente, na análise técnica dos documentos previsionais e de prestação de contas das Autarquias Locais, no acompanhamento e tipificação de despesas e validação de dados junto da respectiva Tutela, na elaboração de propostas de alteração e adequação do POCAL à nova realidade das Autarquias Locais, colaboração em programas de apoio técnico para a qualificação autárquica, criação e desenvolvimento das estruturas orgânicas das autarquias locais bem como na redefinição das funções das carreiras profissionais para as Autarquias Locais, modernização administrativa e formação profissional, designadamente, na promoção e colaboração em matérias de qualificação dos recursos humanos da Administração Local, programas de cooperação técnica e financeira, acompanhamento de medidas e projectos legislativos no âmbito do funcionamento das autarquias locais e de deter também experiência no exercício de funções dirigentes, nomeadamente, na área do lugar a prover.

3 — Atento aos fundamentos supra citados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo, para o qual foi aberto o respectivo procedimento;

4 — Nomeio, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 dos citados artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a Lic. Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira, técnica superior de gestão de 1.ª classe, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, no cargo de chefe de divisão da Divisão para a Administração Local, da CCDRLVT.

20 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da licenciada Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira

Curriculum académico:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.);
Bacharelato em Contabilidade e Administração, pelo I.M.P.E.,
Frequência de Pós-Graduação em Gestão Autárquica Avançada, na Universidade Independente.

Curriculum profissional:

De 25 de Junho de 2007 até à presente data, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Chefe da Divisão para a Administração Local, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 15 de Junho de 2007, com efeitos reportados a 25 do mesmo mês e ano;

Entre Maio e Junho de 2007, exerceu o cargo de Chefe da Divisão de Estudos e Projectos Participados na Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Março de 2006 e Abril de 2007, desempenhou funções de Assessoria no Gabinete do Vereador com os pelouros do Planeamento Estratégico e Actividades Económicas e Modernização Administrativa na Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Novembro de 2005 e Março de 2006, foi responsável pela Coordenação da Divisão de Planeamento na Câmara Municipal de Odivelas;

A partir de Janeiro de 2004, desempenhou funções como técnica superior de gestão de 1.ª classe do quadro da Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Fevereiro de 2002 e Outubro de 2005, exerceu funções no cargo de Chefe do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, sendo responsável pela coordenação e direcção do Gabinete da Presidência e coordenação da Divisão de Planeamento e do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo;

Entre Outubro de 1999 e Fevereiro de 2002, exerceu funções de assessoria da Presidência na área de Orçamento, Plano de Actividades e Controlo na Comissão Instaladora do Município de Odivelas / Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Maio de 1987 e Agosto de 1999, exerceu funções na Direcção Financeira e na qualidade de técnico oficial de contas na empresa F. S. Ribeiro;

Entre Dezembro de 1982 e Junho de 1988, exerceu funções de Chefe de Contabilidade nos Serviços Municipalizados de Loures;

Entre Julho de 1981 e Dezembro de 1981, efectuou Estágio na área de Contabilidade, promovido pelo I.A.P.M.E.L., na empresa Laboratórios Biofarma, Lda., com a função de elaboração de Relatório de Diagnóstico, ficando posteriormente a exercer as funções de Adjunto do Director Financeiro até Dezembro de 1982;

Outras Actividades e Referências:

Entre Dezembro de 2005 e Abril de 2007, exerceu funções de Técnica Oficial de Contas na Associação Intermunicipal ALO-DIGITAL;

Entre Dezembro de 2005 e Abril de 2007, exerceu funções de assessoria na área de Economia na empresa Odivelgest — Gestão de Equipamentos, E.M;

Entre Maio de 2002 e Junho de 2004, foi Vogal do Conselho de administração da Odivelgest — Empresa de Equipamentos Municipais, E.M;

Entre Novembro de 2000 e Abril de 2002, foi Membro do Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno, assumindo a Direcção Financeira da Federação em Abril de 2001;

Entre 1983 e 1984, exerceu funções de Direcção do Clube de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara Municipal de Loures;

Formação Profissional diversificada.

Despacho (extracto) n.º 1115/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* n.º 191, 2.ª série, de 03 de Outubro; no jornal “Diário de Notícias”, do dia 04 do mesmo mês e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 08 de Outubro, com o código de oferta n.º OE200710/0125, todos do ano de 2007, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento no cargo

de Director de Serviços de Ordenamento do Território, da CCDRLVT, previsto no quadro III do anexo a que se refere o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, em conjugação com a alínea b) do artigo 1.º e artigo 3.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu no candidato, Lic. Carlos Alberto Pina Nunes por reunir as condições para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente, demonstrou possuir conhecimentos técnicos para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica, em virtude de ser detentor duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito de actuação ligado aos domínios dos Planos Regionais de Ordenamento do Território e no acompanhamento da elaboração doutros Planos, nomeadamente, Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor, bem como, de deter uma significativa experiência no exercício de funções dirigentes, nomeadamente, na área do lugar a prover, o que denota, plenamente, que o candidato em apreço é detentor de competência técnica e aptidão pretendidas para prosseguir os objectivos da Direcção de Serviços para a qual se abriu o presente procedimento.

3 — Atento aos fundamentos supra citados e considerando que o candidato reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo para o qual foi aberto o respectivo procedimento;

4 — Nomeio, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 dos citados artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, o licenciado Carlos Alberto Pina Nunes, professor do quadro de pessoal da Zona Pedagógica da Península de Setúbal, no cargo de Director de Serviços de Ordenamento do Território, da CCDRLVT.

20 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional do Licenciado Carlos Alberto Pina Nunes

Curriculum académico:

Licenciatura em Geografia Humana e Planeamento Regional pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local pela Faculdade de Letras de Lisboa, com uma dissertação intitulada «A sociedade pós-industrial e novas centralidades em Lisboa»;

Estágios na Facultat de Geografia I Història da Universitat de Barcelona, tendo elaborado um relatório sobre as alterações viárias na área metropolitana de Barcelona com os Jogos Olímpicos.

Curriculum profissional:

De 01 de Maio de 2007 até à presente data, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Director de Serviços de Ordenamento do Território, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para as quais foi nomeado por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 02 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 01 do mesmo mês e ano;

Entre 2005 e 30 de Abril de 2007, exerceu funções no cargo de Director de Serviços de Gestão Territorial da CCDRLVT;

Entre 1992 e 2005, exerceu funções de professor de Geografia do ensino secundário e técnico da CCDRLVT, tendo assegurado a coordenação executiva dos PIC URBAN II Amadora (Damaia-Buraca) e Lisboa (Vale de Alcântara);

Entre 1999 e 2001, desenvolveu actividade como consultor, integrando equipas dos planos de bacias hidrográficas do Douro e das Ribeiras do Algarve, sendo o responsável pela componente sócio-económica. Participou na revisão do Plano de Urbanização de Almeirim, coordenou a componente cultural no Plano Estratégico do Concelho de Sintra;

Em 1999, exerceu funções como Professor do quadro de nomeação definitiva da zona pedagógica da península de Setúbal, ao qual está vinculado;

Em 1992, obteve vínculo à Administração Pública.

Despacho (extracto) n.º 1116/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) através dos Avisos publicitados, respectivamente, no *Diário da República* n.º 219, 2.ª série,

de 14 de Novembro; no jornal “Diário de Notícias”, do dia 16 do mesmo mês e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 19 de Novembro, com o código de oferta n.º OE200711/318, todos do ano de 2007, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento no cargo de Director de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, da CCDRLVT, previsto no quadro III do anexo a que se refere o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, em conjugação com a alínea d) do artigo 1.º e artigo 5.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata, Lic. Adriana Maria Maurício de Castro Raimundo por reunir as condições para o desempenho do cargo a prover, porquanto, inequivocamente, demonstrou possuir conhecimentos técnicos para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica, em virtude de ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito da prestação de apoio jurídico às autarquias locais, designadamente, nas áreas de pessoal, eleitos locais, urbanismo, ambiente e ordenamento do território; instrução de processos de contra-ordenação e acompanhamento de processos de contencioso administrativo e contra-ordenacional; apoio técnico às autarquias locais na área financeira, como a aplicação do POCAL, programas de cooperação técnica e financeira e modernização administrativa, e, na elaboração de estudos e análise de caracterização financeira das autarquias locais, assim como, de deter significativa experiência no exercício de funções dirigentes, nomeadamente, na área do lugar a prover.

3 — Atento aos fundamentos supra citados e considerando que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para prover o cargo para o qual foi aberto o respectivo procedimento;

4 — Nomeio, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos, a licenciada, Adriana Maria Maurício de Castro Raimundo, assessora principal do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no cargo de Directora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, da CCDRLVT e, autorizo a opção pelo vencimento base correspondente à sua categoria de origem, nos termos conjugados dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º, e n.º 3 do artigo 31.º, ambos, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

21 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional da Licenciada Adriana Maria Maurício de Castro Raimundo

Curriculum académico:

Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Curriculum profissional:

De 10 de Maio de 2007 até à presente data, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Directora de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para o qual foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 09 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 10 do mesmo mês e ano;

Entre Outubro de 2005 e Maio de 2007, exerceu funções de assessora principal na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 2002 e 2005, exerceu funções de Administradora no Conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Oeiras e Amadora;

Entre 2000 e 2005, exerceu funções de Adjunta do Gabinete de apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras;

Entre 1988 e 2005, exerceu funções de Presidente do Conselho de Gerência da empresa Habitágua Serviços Domiciliários, Lda;

Entre 1998 e 2000, exerceu funções de assessora principal, em regime de requisição, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora;

Entre 1995 e 1998, exerceu funções de Subdirectora-Geral do Desenvolvimento Regional;

Entre 1994 e 1995, exerceu funções de Administradora da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1990 e 1994, exerceu funções no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete Jurídico da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre 1989 e 1990, exerceu funções no cargo de Chefe de Divisão de Formação e Recursos Humanos da Direcção de Serviços de Apoio